

ENTRE A RINHA E A ARQUIBANCADA: A AUTORIA IMPRECISA DO MOVIMENTO ESTUDANTIL NOS INTERSTÍCIOS DE 1968¹.

Edwar de Alencar Castelo Branco*
Idelmar Gomes Cavalcante Júnior**

Resumo: Este texto reflete sobre o movimento estudantil brasileiro em termos de sua constituição enquanto categoria histórica. O foco do trabalho é centrado no ano de 1968 e no capital simbólico que o mesmo produziu e implicou em outras épocas. Procurando entender os eventos constitutivos do objeto em estudo em sua ordem acontecimental, colocou-se sob suspeição os episódios ocorridos no período, procurando-se operar uma desconstrução dos discursos que constituíram aquela categoria histórica e a significaram como a grande referência para os movimentos juvenis dos anos posteriores. Trata-se, portanto, de uma contra-história, operada com a intenção de desorganizar os discursos incidentes sobre o Movimento Estudantil e retornar os eventos à sua desordem acontecimental, necessariamente surpreendente.

Palavras-Chave: História, Movimento estudantil, 1968.

Abstract: This study reflects about the Brazilian student movement in terms of its constitution while historic category. The focus of the work is centrated meanly in year of 1968 in a symbolic capital that the same producted and implicated in other epochs. Trying understand the constitutives events of object in study in its happened order, put out on suspect the episode occurred in the period, trying to operate

* Doutor em História, é pesquisador do CNPQ e Professor Adjunto na UFPI.

** Mestre em História, é professor na Faculdade Piauiense – FAP-Parnaíba (PI).

a “disbuilding” of speeches which constituted that historic category and gave the meaning as great reference for the youth movements of posterior years. It treats, then, of an against-history operated with an intention to disorganize the speeches concerning about the student movement and to retake the events to its disorder happened, necessarily surprising.

Keywords: History, Student movement, 1968.

Eu retornei à Polônia. Era a primeira vez, depois de mais de cinco anos, que revia este país. Fui à casa de minha mãe, abracei-a e beijei [...] Eu disse à minha mãe que tinha ido vê-la porque queria que ela me ajudasse a fazer contato com algum grupo de guerrilha latino-americana. Perturbada, ela contemplava essa repetição absurda – no entanto lógica – de sua própria vida [...] Tudo recomeçava. Ela não chorava. Acariciava meus cabelos me dizendo que eu era louco mas prometendo que tudo faria para que eu pudesse realizar esse sonho que me vinha dela.

Pierre Goldman

Ao escrever este texto, Pierre Goldman procuraria inscrever em seu próprio corpo a marca do heroísmo vivenciado por seus pais. Filho de um casal de judeus comunistas que fez parte da resistência francesa antinazista, ele crescera sob a influência dos relatos sobre o comunismo, o sionismo, a guerra espanhola, a Resistência e o anti-stalinismo². Provavelmente em consequência disso, procurou vivenciar, de alguma forma, atos de bravura como aqueles de seus pais, o que o levou a viajar à Venezuela, no final dos anos sessenta, para se tornar guerrilheiro na América Latina.

Experimentar a experiência do outro³, isto explicaria o surgimento da geração de jovens que, na década de 1960, assombraria o mundo com as suas rebeliões? Para o jornalista americano Paul Berman, sim. Pelo menos em se tratando de Europa e Estados Unidos. Nessas regiões, de acordo com Berman, os relatos de bravura e resistência dos homens e mulheres que viveram os horrores da Segunda Guerra Mundial teriam sido uma grande inspiração para os seus filhos, os quais constituiriam parcelas da juventude dos anos sessenta.

É certo que nem todos os jovens do período foram revolucionários, mas não resta dúvidas de que, se houve uma característica que singulariza aquela geração, certamente ela está relacionada à sua explosão em “revolta contra o poder nas suas várias dimensões: revolta dentro de casa contra a geração dos pais; revolta contra as formas de cultura e artes dominantes; revolta contra os padrões de comportamento vigentes”⁴.

E esta revolta, em 1968, parecia adquirir um caráter planetário, uma vez que dezenas de países sofreram os abalos dos protestos juvenis, fossem eles capitalistas ou comunistas. Perplexo, o mundo inteiro tentava compreender a nova geração de contestadores que surgia, em dimensão planetária e diferente de todas as outras que a antecederam. O excerto a seguir, retirado de uma das revistas de maior prestígio no Brasil durante a década de sessenta, é ilustrativo disso:

Que podemos fazer neste mundo que vocês fizeram? Em nome de quê, tendo em vista o resultado revoltante de suas ações e de suas omissões, vocês pretendem nos dar conselhos e ordens?”. Em Roma e Londres, em Praga e Berlim, em Berkeley e Varsóvia, em Madri, em Nanterre e no Rio de Janeiro, perguntas como estas tiram o sono dos líderes do mundo. Pela primeira vez eles começam a admitir que os protestos estudantis não mais se originam na secular rebeldia dos jovens. Para alguns, trata-se de algo inteiramente novo. Nos países capitalistas e nos comunistas, nos países democráticos e nos totalitários, os cassetetes não conseguiram reprimir as manifestações⁵.

E no Brasil não foi diferente. A juventude brasileira, com impressionante disposição, invadiu os espaços públicos para fazer suas reivindicações, dentro de uma configuração histórica em que, estando o Estado brasileiro aparelhado pelos militares e pelas mais reacionárias formas de pensamento, praticamente todos os outros movimentos sociais já haviam sido silenciados. E um dos capitais simbólicos mais importantes para a representação e apropriação da rebeldia juvenil daquele ano viria a ser o movimento estudantil, o qual passaria a ser configurado como uma categoria histórica indispensável para o entendimento do período. 1968, entretanto, dado ao enorme capital simbólico que lhe recobre, não é, do ponto de vista deste estudo, um ponto de partida. Aquele ano,

tão emblematicamente constituído no imaginário de várias gerações, é um ponto de chegada para o conjunto das transformações observadas na década de sessenta, carecendo ainda de intervenções explicativas de seu papel na história do Brasil e, especialmente, na constituição da categoria histórica “movimento estudantil”.

O que ressalta, entretanto, é o fato de que 1968 parece ter sido o ponto de convergência para todas as transformações dos anos sessenta. As múltiplas narrativas que incidem sobre o período costumam situá-lo como espécie de “pavio”, pronto a provocar explosões que, no limite, dariam significado à maioria dos acontecimentos dos anos sessenta. Em razão disso, muitos tentaram explicar o fenômeno juvenil daquele ano, julgando-o algo novo; no entanto, para alguns analistas, o que ocorreu não representava propriamente uma novidade:

De fato, o movimento é bastante antigo. Não foi em Roma, a partir de 1960, que começou? Foi em 1963 que se deram, em Pisa e Florença, as primeiras ocupações de faculdades. Em Berkeley, em 1962 e sobretudo no outono de 1964, os estudantes americanos acompanharam Mário Selvo em uma agitação que ultrapassou o âmbito de sua universidade. Em Berlim Ocidental, no decurso de uma manifestação realizada por ocasião da visita do Xá do Irã, a 2 de junho de 1967, o estudante Benno Chnesorge foi morto por um policial, o que foi depois cobrado: de Berlim a agitação ganhou Hamburgo, Frankfurt, Munique e no Natal foi da própria cátedra de Gedachtniskirche, sobre o Kurfürstendam, que Rudi Dutschke estigmatizou a guerra do Vietname. No entanto, foi somente em princípios de 1968 que esta agitação estudantil ganhou verdadeiramente maior amplitude [...]⁶.

A mesma observação pode ser feita em termos de Brasil. Os estudantes já criavam um histórico significativo de lutas e mobilização desde o golpe militar⁷, num gradativo processo de transformação de suas práticas que, antes de 1968, já dava sinais de que a radicalização do movimento estudantil era uma realidade. Neste sentido, podemos destacar que nos primeiros anos da Ditadura “a reação dos estudantes [...] foi das vaías aos boicotes – no caso da Lei Suplicy – às greves e às passeatas”⁸ ao que as forças repressivas responderam com uma

violência crescente, o que provocará, em 1966, o Dia Nacional de Luta contra a Ditadura

O chamado “Dia Nacional do Protesto contra a Ditadura” marcou o clímax da crise, com pelo menos três incidentes graves:

- Em Salvador, dispersados a cassetete, os estudantes procuraram refugiar-se nos fundos do Convento de São Bento, na Baixa do Sapateiro. Novamente acuados pela polícia, responderam ao espancamento com pedradas, até que foram disparadas rajadas de metralhadora. Um estudante foi ferido e o incidente só não assumiu maiores proporções graças à intervenção do abade do mosteiro.
- Em Goiânia, um cabo da Polícia Militar foi morto a tiros no momento em que os policiais cercaram um colégio secundário, onde se encontravam perto de mil estudantes. A polícia disparou no local cerca de trezentos tiros para o ar e julgou haver identificado em um estudante, que portava um revólver, o autor do disparo que abateu o militar.
- No Rio, depois de se concentrarem diante da Reitoria da Universidade Federal e de lá saírem acompanhados pelo reitor Pedro Calmon, os universitários concentraram-se no prédio da Faculdade de Medicina, na Avenida Pasteur, onde ficaram sitiados pela polícia até a madrugada. No momento em que se desenvolviam sugestões para que o prédio fosse desocupado pelos 2 mil estudantes, a Polícia Militar invadiu a Faculdade, espancou e prendeu. Primeiro balanço: mais de cem feridos, mas de cem presos⁹.

E se em 1966 houve manifestações estudantis durante todo o ano, apesar da violenta repressão policial, em 1967 não foi diferente. Em estados como o Rio de Janeiro, Ceará, Minas Gerais e o Distrito Federal, protestos juvenis acompanhados pela repressão marcaram o cenário político destes lugares em praticamente todos os meses do ano. Mas apesar deste retrospecto, apenas “o ano de 1968 fica na história como o ano de protestos da juventude”¹⁰. Há, portanto, um incômodo descompasso entre as práticas do movimento estudantil pré-68 e afirmações como esta, consagradas pela historiografia. Decorre, daí, a

dúvida que impulsiona este texto: por que o movimento estudantil de 1968 tornou-se um fenômeno social tão expressivo?

Fala-se, com certa frequência, que 1968 tornou-se singular por causa da disposição com que os estudantes enfrentaram a violenta repressão policial, que constantemente aparecia para coibir os protestos de rua. Se, por um lado, a polícia usava cassetetes, bombas de gás lacrimogênio e até armas de fogo, os estudantes, do seu lado, respondiam à agressão com paus, pedras e, caso aparecesse a cavalaria, bolinhas de gude para derrubar os cavalos. Estas táticas teriam inspirado a imprensa da época a considerar o movimento estudantil uma verdadeira “guerrilha urbana”.

De fato, as freqüentes batalhas entre estudantes e policiais foram uma marca expressiva daquele ano; no entanto, isto nos parece insuficiente para justificar tanta ênfase ao movimento estudantil de 68, haja vista que anteriormente reações estudantis semelhantes poderiam ser observadas. As táticas que os estudantes de 68 utilizavam nas ruas, que eram consideradas uma novidade pela imprensa, já podiam ser observadas nas manifestações estudantis durante o Estado Novo¹¹, por exemplo. Na sua edição de 1º de outubro de 1966, a revista Fatos e Fotos traz um texto que poderia perfeitamente ser confundido com as muitas matérias que ilustravam jornais e revistas ao longo do ano de 1968:

Nessas últimas semanas, os dias políticos do Brasil não tiveram um entardecer tranquilo. No Rio e em São Paulo, em Belo Horizonte e Porto Alegre – até mesmo em Brasília - os estudantes tem saído às ruas, nos fins de tarde, para protestar contra o governo, em manifestações que se encerram de maneira violenta, com os gritos de rebeldia de moças e rapazes a se confundirem com as vozes de comando dos policiais¹².

No mesmo número, a revista fala ainda sobre as táticas e armas utilizadas pelos estudantes nos confrontos contra os policiais: caminhar em sentido contrário ao tráfego, utilização de pedras e atiradeiras, neutralização do gás lacrimogênio com lenço em amônia, rolhas de cortiça para derrubar a cavalaria, etc. Descrições semelhantes podem ser observadas na edição da revista Veja, do dia 11 de setembro de 1968:

Mas a guerra existe, com a preocupação de se aperfeiçoarem os métodos de combate. Nas ruas da Guanabara, os estudantes descobrem a vantagem de caminhar na contramão e na hora do “rush”: atrapalha a polícia e o trânsito. Um modelo tático que passou a ser imitado por todo o País. Mas aí a polícia simplesmente começou a interditar o trânsito para facilitar o trabalho da cavalaria que atacava em carga. Os estudantes, então, redescobrem o uso das rolhas, tão velho como a polícia montada. Contudo, as rolhas que fazem os cavalos escorregarem tem de ser lançadas de perto. E as bolinhas de gude começam a rolar pelo asfalto como substituto ideal. “As bolinhas de gude”, dizia um líder estudantil, servem também como pedras visando o cavaleiro”. Um meio de evitar a luta corpo a corpo, vantajosa para a polícia com cassetetes e bombas de gás¹³.

Desta forma, se não é a disposição para a luta estudantil ou a violência nos confrontos entre estudantes e policiais, o que particulariza o movimento estudantil brasileiro em 1968? Certamente, os estudantes ganharam destaque no Brasil em 1968, na medida em que a própria juventude da época se colocava no centro das atenções no mundo ocidental, por causa da inusitada emergência de vários protestos juvenis ocorridos quase que simultaneamente em vários países naquele ano. Esta atenção dada à juventude, portanto, teria colaborado decisivamente para a grande visibilidade que o ME brasileiro obteve na época.

No entanto, por mais que estes eventos tenham influenciado o que acontecia aqui, eles não chegaram a imprimir na dinâmica dos movimentos observados nas cidades brasileiras, uma lógica estranha ao contexto político no qual os estudantes estavam inseridos. Com relação ao maio francês, por exemplo, considerado um paradigma para o conjunto dos protestos juvenis observados em 1968, a agitação no Brasil é anterior e em nenhum momento a sua trajetória foi alterada pelos acontecimentos da França.

Neste sentido, Alain Brossat chama atenção para a heterogeneidade entre os diferentes “maios de 1968”, uma vez que eles aconteceram em condições diversas nos vários países que assistiram a agitação de seus jovens.

Penso que há uma ilusão cronológica, um efeito enganador e falacioso que envolve as análises e que se deve ao fato de que tudo isso tenha se passado ao mesmo tempo. Há um efeito de simultaneidade que nos leva logo a pensar que se trata do mesmo movimento – o que em certo sentido é verdade -, mas que nos leva também a ter um mesmo prisma de interpretação, de leitura e análise para todos esses movimentos mais ou menos simultâneos, notadamente no que concerne à relação entre violência e política. O que eu quero mostrar é que ocorre exatamente o inverso e que, no que diz respeito à França, é necessário propor análises muito diferentes [daquelas propostas para o 68 brasileiro]¹⁴.

Isso não quer dizer, no entanto, que na *aldeia global*, aqueles movimentos espalhados pelo mundo fossem alheios uns aos outros. Certamente, havia entre eles uma conexão que, embora não explique o motivo da emergência de cada um deles, uma vez que suas razões são distintas, deve ser considerada como um importante fator para fortalecer o ânimo daquela juventude que passava a se sentir, por causa deste sentimento de pertencimento, parte de um movimento planetário irresistível, embora heterogêneo.

Tudo se passa como se os jovens formassem, hoje, uma classe social à parte, com sua linguagem, sua solidariedade, seus deveres e suas obrigações próprias. É o *poder estudantil* que começa a impor sua presença. O sentido deste protesto varia. A liberdade que os estudantes pedem na Polônia é diferente da que pedem os dos Estados Unidos. Na Itália, querem a reforma universitária [demanda compartilhada com os estudantes brasileiros]. Na Tchecoslováquia, maior liberdade de expressão. Na Inglaterra, pedem maior participação na política. Um fio comum entrelaça todos os movimentos: eles querem derrubar o *establishment*. Nos quatro cantos do mundo, tentam demonstrar que se sentem sufocados no universo criado pelos seus antepassados. Conforme observou há pouco um professor francês, os jovens se sentem “demais” neste mundo que consideram superado. “É como se transbordassem”, explica ele¹⁵.

Assim, se a França de alguma forma influenciou os movimentos no Brasil, também é verdade que o Brasil despertava interesse em muitos daqueles jovens que protestavam na França. A revista *Cruzeiro*, do dia 20 de julho, nos apresenta fotos que ilustravam murais nos quais eram afixadas imagens de choques entre estudantes e policiais no Rio e, ainda, abordagens mais diretas, que comprovam o interesse dos jovens franceses pelos protestos no Brasil, como a que sofreu um repórter da revista: - “Ah...então você é brasileiro? É verdade que morreram seis estudantes brasileiros nas manifestações do Rio?”¹⁶.

Já no que diz respeito às diferenças, uma é fundamentalmente importante: enquanto o maio francês “acaba com o tempo das lutas sangrentas” na França, o que para a sociedade francesa, passada a agitação, não resulta numa experiência traumática, o mesmo não poderia se dizer com relação ao que aconteceu no Brasil, um país governado por um, cada vez mais violento, regime militar. Aqui a violência foi marcante e em vários momentos as conseqüências podem perfeitamente ser caracterizadas como traumáticas.

É, portanto, impossível não falar da violência que marcou as manifestações estudantis brasileiras em 1968, mas isso não chega a particularizar o movimento estudantil da época ou explicar o porquê do seu impacto. O diálogo violento entre os estudantes e os militares não se originou aí, ele começa, como já vimos, ao longo dos quatro anos que sucederam ao golpe.

Assim, se o movimento estudantil de 1968 não se apresenta como original, o que explicaria tanto impacto na mídia ou mesmo na história do ME brasileiro?

Do ponto de vista deste trabalho, compreender a repercussão daquelas manifestações exige uma análise para além daquilo que a juventude protagonizou nas ruas. A partir disso, seria possível perceber que, por diferentes motivos, a sociedade civil e o governo militar desejaram as manifestações estudantis e as incentivaram.

A sociedade brasileira, especialmente sua camada dominante, quando em 1964, apoiou o golpe militar, o fez contra a agitação popular que se verificava no governo Jango e contra o espectro do comunismo, certos de que a militarização do Estado seria provisória. No entanto, a militarização, gradativamente, vai perdendo o seu caráter provisório,

adiando indefinidamente a retomada de um regime liberal-democrático, como queriam as elites civis. Frustrada, a sociedade vai aos poucos mudando sua atitude em relação ao governo dos militares, o que, sobretudo, em 1968, vai se refletir numa aproximação com os estudantes, praticamente a última válvula de escape aberta para o descontentamento social.

O governo militar, por sua vez, estava dividido entre as propostas de abertura e de endurecimento do regime, esta defendida pela linha dura como um importante fator de estabilidade. Ao longo de 1968, acaba cedendo aos mais radicais, pavimentando, assim, o caminho para o AI-5, usando como pretexto os protestos dos estudantes, ou melhor, a necessidade de combatê-los. Por este motivo, sempre que puderam, provocaram os estudantes, incitando-os a radicalização em suas manifestações, pois quanto mais perturbação da ordem, maiores seriam as razões para justificar o fechamento do regime. Não por acaso. Por esse motivo, em várias oportunidades, as forças da repressão atuaram com uma agressividade aparentemente injustificável contra os protestos estudantis, pois, na verdade, queriam provocar uma reação que pudesse ser caracterizada como uma ameaça à Segurança Nacional.

A radicalização da Ditadura, como se sabe, acabou se concretizando no final de 1968, no dia 13 de dezembro, mas o “fantasma” já pairava no ar desde o início do ano. Em janeiro, por exemplo, “o clima é [...] de incertezas e de crise política. O afastamento de Costa e Silva dos debates políticos gera rumores sobre a possibilidade de um outro Ato Institucional e até mesmo da preparação de um novo golpe”¹⁷.

Estas circunstâncias contribuíram para a enorme visibilidade que o ME de 68 obteve. Dificilmente ele teria conseguido tanta repercussão se tivesse sido pautado apenas por estudantes. Ele foi uma construção de toda a sociedade, incluindo aí os militares que tanto buscaram combatê-lo. Estes atores externos ajudaram a ditar o ritmo das manifestações do ME conforme os interesses de um, incentivando-as ou provocando refluxos. Isto está claro em pelo menos seis episódios: o assassinato de Edson Luís, a sexta-feira sangrenta, a Passeata dos Cem mil, a invasão da UNB, a batalha da rua Maria Antônia e o Congresso de Ibiúna.

A morte de Edson Luís ocorreu no dia 28 de março, num protesto pela melhoria das condições de higiene e funcionamento do restaurante

Calabouço. O local, desde antes do golpe de 64, era um importante ponto de encontro do movimento estudantil e naquele fatídico dia receberia, como era costumeiro, centenas de estudantes que procuravam, ali, alimentação barata. Devido à freqüente concentração estudantil, quase sempre havia protestos, o que vinha despertando a sanha repressora da Ditadura. No dia 28, além dos discursos habituais, também haveria uma passeata-relâmpago que o governo, tendo tomado conhecimento com alguns dias de antecedência, tentaria a todo custo evitar, deslocando, para o local da manifestação, a PM, a Polícia Civil e agentes do Dops.

Não é, pois, na agressividade que o movimento estudantil começa a se diferenciar, mas a partir do significativo apoio da sociedade civil à sua causa. Foi o olhar da sociedade sobre os estudantes que mudou. O assassinato de Edson Luís “foi o primeiro incidente que sensibilizou a opinião pública para a luta estudantil. Como cinicamente lembrava a direita, ‘era o cadáver que faltava’¹⁸.

Edson Luís não era um líder subversivo, era simplesmente um dos inúmeros estudantes que, na tarde do dia 28 de março, procuraram a alimentação barata do Calabouço. Esta triste circunstância, associada ao discurso dos estudantes, que se baseava na terrível possibilidade de a tragédia ter ocorrido com qualquer outro jovem¹⁹, se transforma numa importante motivação para a adesão da população à causa dos estudantes, que se verifica a partir do episódio.

Por sua vez, as forças da repressão deixaram por todo o episódio reveladores sinais daquelas que seriam suas verdadeiras intenções. Se já não fosse grave o assassinato ocorrido no final da tarde, à noite, quando o corpo do secundarista estava sendo velado na Assembléia Legislativa, a PM volta a agir. Cercando o local, ela começa a efetuar prisões e atirar bombas de gás lacrimogênio. A revista *Visão* lança então a seguinte reflexão: “Serão as polícias as geradoras da violência”? “O próprio governador reconheceu, e mais tarde as ocorrências da missa na igreja da Candelária comprovaram, que a presença da polícia era motivo de violência. Com isso, no fundo, o governador carioca fez uma velada confissão de que a presença da polícia gera violência”²⁰.

É significativo que a PM da Guanabara, que naquele momento estava sob o comando do I Exército, tenha contrariado as ordens do governador Negrão de Lima. Isso parece demonstrar como a linha dura

parecia se transformar num Estado dentro do Estado, se constituindo numa força de pressão poderosa que parecia não reconhecer nenhum tipo de hierarquia na tentativa de alcançar seus objetivos. Mas as coisas não ocorrem como planejavam.

A violência desmedida dos militares atrapalha todas as tentativas de atribuir, aos estudantes, a quebra da tranqüilidade. Assim, ao contrário do que pretendiam, a indignação decorrente da morte de Edson Luís não se converte em apoio ao governo militar, mas em solidariedade ao movimento estudantil, o que ficou evidente no enterro do secundarista morto, quando milhares de populares acompanharam o cortejo.

Vladimir Palmeira, um dos líderes estudantis de maior destaque naquele ano, impressionado com o episódio que reuniu as mais diferentes pessoas – inclusive de direita – fez a seguinte afirmação: “parecia que havia uma grande articulação e não era nada disso. Uma coisa contraditória esse enterro: uma manifestação imponente, cheia de vida. Foi comovente”²¹. A história do movimento estudantil contra a Ditadura se transformava a olhos vistos na medida em que, “na nova conjuntura o protesto dos estudantes irá juntar-se a um conjunto de manifestações de oposição que lhe permitem superar o isolamento de 1966, tornando mais complexa a análise de sua participação social”²².

Apesar da irritação com o apoio da sociedade aos estudantes, a Ditadura pouco fez para evitar as manifestações de solidariedade durante o enterro. Teria se limitado a deixar a cidade às escuras justamente ao longo da trajetória do cortejo, o que teria sido pouco proveitoso, pois ao invés de intimidar a multidão, tornou mais evidente a disposição popular em ajudar. Muitos populares acenderam faróis de carros, improvisaram tochas ou acendiam velas por onde passava o cortejo.

Em maio de 1968, no Conselho da UNE, ocorrido na Bahia, a posição aprovada defendia a via do diálogo como forma de luta e organização do movimento estudantil. Como consequência, para desmascarar a farsa do governo que se dizia aberto ao diálogo com os estudantes, o ME começa a assediá-lo o ministro da Educação, Tarso Dutra, desafiando-o a participar de um debate. Apesar do ministro declarar estar à disposição, na prática, por duas vezes, quando se dirigiam ao MEC, os estudantes são agredidos pelas forças de repressão. Diante

desta situação, no dia vinte de junho, os estudantes decidiram se reunir na Praia Vermelha para discutir a política educacional do governo.

Mais uma vez a Ditadura atuaria com violência desmedida. Diante de uma discussão pacífica, a polícia cercou a praia e aciou os estudantes, que acabaram se refugiando no campo do Botafogo. Lá sofreram as mais violentas e humilhantes agressões por parte dos soldados que chegaram ao ponto de urinar nos jovens. Este episódio teria motivado a violenta reação popular verificada na Guanabara no dia seguinte, que ficou caracterizado como a Sexta-feira sangrenta. Nela se verificou mais um violento conflito de rua envolvendo policiais e estudantes, e um fato novo: os estudantes não lutaram sozinhos, populares aderiram ao conflito reagindo com agressividade às forças da repressão.

Neste dia, um PM foi morto por um objeto atirado de uma janela de prédio, fato que motivou a polícia a tentar criar um contraponto simbólico para a morte de Edson Luís. Se era violência que a ditadura queria provocar, finalmente ela teve o que queria; no entanto, mais uma vez o “tiro saiu pela culatra”. Era a violência dos estudantes que encontrava respaldo na sociedade, de onde começava a aparecer não só solidariedade, como aquela demonstrada no enterro de Edson Luís, mas disposição para o confronto direto. “A morte de Edson Luís já tinha provocado uma grande comoção, a repressão na porta da Candelária chocara e indignara, mas o que de fato levou a população a tomar partido, a se revoltar, a entrar fisicamente na guerra, foi a ‘sexta-feira sangrenta’”²³.

Cinco dias depois da sexta-feira sangrenta, ocorre uma das mais impressionantes manifestações contrárias à Ditadura. Milhares de pessoas vão para as ruas do Rio de Janeiro, naquele dia livres de policiais – posto que haviam obtido autorização do governador –, manifestar sua insatisfação com as atitudes repressivas do regime militar. Esta manifestação ficou conhecida como a “Passeata dos Cem Mil” e marcou definitivamente a comunhão entre a sociedade civil e os estudantes. Nelson Rodrigues, ao seu estilo, mostra como a sociedade se articulou às lideranças estudantis.

Só o vi na passeata. E fiz a fulminante constatação: é, sim, um líder. Imaginem um jovem que sobe num pára-lama

e, com um gesto, e antes da palavra, faz a unanimidade. Eu o vi trabalhar a multidão. Dizia: - “Vamos fazer isso, aquilo e aquilo outro”. Até pessoas que não tinham nada com a passeata, simples transeuntes, entravam na disciplina. Mesmo os inimigos da passeata eram tocados e convencidos. E foi impressionante no fim da marcha. De repente, Vladimir falou (com irresistível simplicidade, sem nenhuma ênfase). Disse: - “Estamos cansados”. Ninguém estava cansado. E completou: - “Vamos sentar”. E todos sentaram, como na passagem bíblica (Não há tal passagem bíblica. Desculpem.) Assim ficamos, sentados, como se estivéssemos de joelhos. Senhoras, mocinhas, intelectuais, estudantes, avós, cada qual se sentou no meio-fio, no asfalto, na calçada. E foi um maravilhoso quadro plástico²⁴.

Foi um momento de êxtase para aqueles que discordavam da ditadura. As ruas, diferente do que acontecia diariamente na Guanabara, estavam sem soldados e, apesar do medo de um ataque surpresa e da preocupação em não aceitar eventuais provocações das forças repressivas, até o final da passeata não houve incidentes graves, apesar do volume de participantes e do constrangimento do governo.

Para os estudantes, a passeata provaria a viabilidade da sua luta, encorajando-os ainda mais rumo à radicalização, como é possível perceber nas palavras de Vladimir Palmeira: “Na missa de Edson Luís, foi aqui [na Candelária] que nós fomos violentamente reprimidos. Hoje o panorama é diferente. Prova de que a potencialidade de luta popular é maior do que as forças da repressão [...]”²⁵.

Mas se a repressão não teve chance de atuar nas ruas, ela foi ao encontro dos estudantes dentro das universidades. No dia 29 de agosto, sob o pretexto de capturar pessoas com prisão preventiva decretada, Polícia Militar, Dops, Polícia Federal, SNI e Polícia do Exército invadem o campus da Universidade de Brasília e protagonizam mais um espetáculo de prisões e espancamentos de alunos e professores. Até mesmo deputados que para lá se dirigiram preocupados com a segurança de seus filhos foram vítimas da violência. Para justificar a ação policial, a polícia federal, em nota oficial, informa que a UNB estava sendo utilizada como um centro de subversão e que o vigor da

ação foi uma reação aos estudantes que receberam os agentes com pedras e até mesmo com disparos de armas de fogo²⁶.

No entanto, é forte a sensação de que a invasão da UNB representava mais uma tentativa de criação de fatos políticos que justificassem o endurecimento do regime. A revista *Visão*, por exemplo, que não nutria simpatia pelo movimento estudantil, foi uma das que questionaram o episódio, duvidando dos reais interesses da “linha dura” que estava por trás do ocorrido.

Parecia que a crise estudantil se acalmara, abrindo perspectivas políticas promissoras ao País. O governo credenciou-se com a apresentação de seu projeto universitário e, por outro lado, a crise tcheca atuava como elemento de dissuasão nos meios esquerdistas radicais, bastante desmoralizados pelo comportamento soviético. Por que, então, criar motivações novas para a agitação estudantil? A pergunta só poderá ser respondida caso se indague a quem interessa no Governo a agitação estudantil, causadora eventual de um endurecimento da situação e do apelo à medida de exceção? O presidente acaba de demonstrar sua intenção de conduzir o País dentro das regras da normalização democrática ao manter à frente do Ministério do Exército o general Lyra Tavares. Essa decisão está sendo corretamente interpretada, principalmente após as declarações do Ministro, em favor do poder civil, como um fator decisivo de normalização política. Se assim é, o Presidente terá de verificar cuidadosamente quem – e por que meios – pretende criar obstáculos artificiais à execução da política de normalidade democrática²⁷.

A escalada da “linha dura” indicava que ela estava colocando em prática um plano para levar o país a um impasse que culminaria no endurecimento do regime. Também neste caso a população se colocou a favor dos estudantes; afinal, a truculência policial começava a ameaçar não somente os “temidos” líderes subversivos ou comunistas – alvos preferenciais quando a sociedade apoiou o golpe militar. A violência, agora, ameaçava também a própria sociedade civil, incluindo aí os seus representantes no Congresso, o que nos permite concluir que o

impasse provocado no caso Márcio Moreira Alves, o qual culminou na decretação do AI-5, não teria sido aleatório.

Percebe-se desta forma, que quanto mais os militares atuavam no sentido de reprimir os estudantes, mais comovida ficava a sociedade, o que se refletiu na simpatia ao movimento estudantil. Certamente a linha dura não ignorava estes fatos, mas apesar disso mantinha sucessivamente a lógica da violência injustificada. A hipótese do impasse – com os estudantes ou com o Congresso – é de fato a mais pertinente diante de tudo isso.

Os estudantes, mesmo recuados nas Universidades e diante do apoio da população, continuam se articulando para dar continuidade ao movimento. A curto prazo, o objetivo era a organização do XXX Congresso da UNE.

Com este objetivo, os alunos da USP vão para a rua Maria Antônia cobrar pedágio a fim de arrecadar recursos para o evento. No meio da atividade, porém, alunos da universidade Mackenzie – localizada em frente da faculdade de Filosofia da USP – começaram a atirar ovos e pedras contra os alunos da USP que, ao revidarem, deram início a uma verdadeira batalha campal que, iniciada no dia 2 de outubro, só foi encerrada no dia seguinte.

Novamente a violência surgia no caminho do movimento estudantil em 1968, mas desta vez, uma nova circunstância acabaria por comprometer o apoio que os estudantes vinham recebendo da sociedade, na medida em que os militares, utilizando uma agressividade injustificada, confrontava os jovens que legitimamente expressavam naquele momento as suas angústias, ou como definia Jânio Quadros, um dos representantes da sociedade civil:

[...] o ex-presidente Jânio Quadros declarou, ontem, na Guanabara, considerar a chamada insubordinação da juventude como “a necessidade de encontrar novas fórmulas para a vida em todos os planos, num movimento que ultrapassa governos e filosofias”. “Muitos dos erros existentes” – acentuou – “são de responsabilidade das gerações anteriores. Cabe aos jovens corrigi-los, uma vez que o mundo lhes pertence e estou certo de que alcançarão no futuro, a vitória que perseguem”. O sr. Jânio Quadros disse, adiante, que “a insatisfação estudantil se verifica em

plano mundial”, acrescentando que as atitudes assumidas pelos jovens são “benéficas” e que “os contrários a esta mudança no comportamento dos moços agem sem saber que irão colher no futuro, seus benefícios”²⁸.

No episódio da rua Maria Antônia, por mais que o Estado tenha aparelhado os alunos do Mackenzie, a luta se deu entre estudantes, o que de certa forma comprometeu o apoio da sociedade que até então via os jovens manifestantes como vítimas e não como baderneiros. E para piorar, neste confronto, morre um outro estudante, José Guimarães.

Os estudantes da USP logo se apressam para denunciar que o estudante tinha sido morto pela polícia infiltrada entre os alunos do Mackenzie, o que transformaria José Guimarães em um “segundo Edson Luís”. No entanto, diferente do que aconteceu em março, na Guanabara, a sociedade prestou uma solidariedade discreta. Para isso, muito contribuiu as condições das duas mortes: enquanto Edson Luís é morto durante um jantar num restaurante estudantil, José Guimarães morreu durante uma “batalha entre estudantes” para a decepção e perplexidade de todos.

Neste caso pairava dúvidas sobre a origem do disparo que vitimou o estudante. A revista *Veja* ilustra bem o pensamento daqueles que questionavam a autoria do crime: “[...] O tiro entrou um centímetro acima da orelha direita e saiu à altura da linha mediana da cabeça, atrás, ligeiramente a esquerda. A bala fez um percurso de cima para baixo, em sentido oblíquo.” Quem atirou? Ninguém sabe²⁹. Suspeitava-se que a morte teria sido provocada, não pela polícia, mas pelos próprios “agitadores”.

A batalha da rua Maria Antônia permite-nos perceber até onde vai a disposição da sociedade para apoiar os estudantes. Falamos no início do capítulo que a sociedade desejava o movimento estudantil como forma de extravasar o seu descontentamento com um regime que, além de não permitir o retorno dos civis ao poder como era previsto, agia com extrema violência contra a juventude. No entanto, ela não estava disposta a tudo para acabar com a ditadura. Ordem e tranquilidade ainda eram valores muito caros a ela.

Assim, se ela se colocou em posição de apoio ao movimento estudantil, foi porque no seu entender a polícia representava um fator de instabilidade: matava e humilhava estudantes e invadia universidades, agredindo indiscriminadamente, até mesmo deputados. Agora a situação se invertia, os estudantes tornavam-se fator instabilidade. Eram eles os responsáveis pela quebra da ordem.

Desta forma, ganha força na imprensa³⁰ a idéia de que quem gera a violência são os estudantes. E mais, no caso da batalha da rua Maria Antônia, a polícia representou o papel de mantenedor da ordem que os estudantes pareciam ignorar.

Isto não quer dizer, porém, que a sociedade abandonou totalmente os estudantes. Nas passeatas que sucederam a batalha, a população ajudou como pode, seja lançando dos prédios objetos sobre os soldados, seja oferecendo abrigo a estudantes em fuga. No entanto, de modo geral a confiança não era mais a mesma.

A “linha dura” militar começava a conquistar espaços importantes na luta pela opinião pública. Os estudantes, por sua vez, finalmente, entravam no jogo dos militares, que desde o primeiro semestre provocavam os estudantes a reagirem com violência. Neste caso, é importante perceber que o ataque à USP, faz parte de um plano geral de ataques a várias universidades pelo país, posto em prática no segundo semestre.

A sociedade civil, depois de prestar solidariedade e, de certa forma, se engajar nas manifestações estudantis, o que deu ao movimento estudantil uma dimensão jamais percebida, desconfiada de suas verdadeiras intenções, começa a abandonar os estudantes. A perda do apoio do Correio da Manhã³¹, Jornal Carioca que defendia as posições do ME, é uma evidencia forte desta nova tendência.

De qualquer modo, lance por lance, o ME de 1968 tornou-se uma construção da qual fizeram parte não só os estudantes, mas também a sociedade civil e os militares. Esta construção foi, sobretudo, o resultado da disputa entre estudantes e militares, que condicionou as representações sobre o ME naquele ano. Tentando conquistar a simpatia da sociedade civil, eles se esforçaram para apresentar o outro relativo a si como violento e promotor da desordem, que tanto inquietou e traumatizou os principais centros urbanos brasileiros no período. Os

líderes estudantis procuravam atribuir a culpa às forças da repressão, que tentavam permanentemente impedir a juventude de exercer livremente o seu direito de manifestação. Os militares, por sua vez, se esforçavam para convencer a população de que atos de violência só eram colocados em prática diante da ameaça dos perigosos subversivos infiltrados entre os “verdadeiros estudantes”, especialmente comunistas, contra quem, historicamente no Brasil, a violência tem sido cinicamente admitida. Ambos, portanto, apostaram suas fichas na existência de uma identidade social bem definida. Os estudantes, em sua luta contra a Ditadura, esperavam conquistar o apoio de uma sociedade que, para eles, se tornava progressista e menos tolerante ao regime militar, enquanto os militares acreditavam quealaria mais alto o seu conservadorismo. Jogavam, portanto, o que Hall definiu como jogo das identidades³².

No entanto, a realidade se mostrou bem mais complexa do que as elaborações tanto dos estudantes quanto dos militares. A sociedade brasileira, este ente tão mal definido, não se identificaria de forma automática com nenhuma das partes, e nem poderia, pois vivendo o momento da emergência da pós-modernidade no Brasil³³, a tal sociedade brasileira dos anos sessenta se apresentaria aos pedaços, caracterizada pela diferença, por um conjunto múltiplo de identidades que acabava incendiando os antagonismos sociais.

Ao apostarem em seus rígidos esquemas explicativos, numa sociedade marcada pela emergência da pós-modernidade, na qual se sobressai o caráter fugidio das verdades, a mudança rápida e constante e a permanente releitura das práticas sociais, os militantes estudantis acabaram sofrendo um duro golpe. Um sentimento de estranheza e isolamento se abateu sobre eles depois do esvaziamento do movimento estudantil. Suas convicções, tão duramente defendidas, não foram suficientes para colocar a história em suas mãos. Clio, afinal, é intempestiva, abrupta e surpreendente, o que a torna difícil de ser apreendida em esquemas metanarrativos.

No entanto, nem toda a juventude brasileira sofreria esta decepção. Muitos jovens, nos anos sessenta, interpretaram de outras formas os signos de uma nova realidade que surgia e, diante de seu desejo por transformações sociais, escolheram manifestações diferentes. Enfatizando o cotidiano, apostaram na rebelião dos costumes como

forma de transformar os conceitos sociais. Apesar deste esforço, pouco se fala deles diante do enorme capital simbólico que o movimento estudantil conquistou para falar em nome da juventude rebelde da época. É chegada a hora, talvez, de devolver 1968 ao fluxo inexorável do tempo. Quebrá-lo, Reduzi-lo ao pó com o qual se poderia pensar outras potências, linhas e conexões daquele tempo.

Notas

- ¹ Este trabalho contou com apoio financeiro do CNPQ.
- ² ARAÚJO, Maria P. N. *A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000, p. 38.
- ³ DELEUZE, G. *Proust e os signos*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.
- ⁴ SIRKIS, A. Os paradoxos de 1968. In: *Rebeldes e contestadores: 1968 – Brasil/ França/ Alemanha*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999, p. 111-116.
- ⁵ *Manchete*. Rio de Janeiro – 1968 – Revista Semanal/ Circulação Nacional, nº 834, 13 de abril de 1968, p. 17.
- ⁶ SAMUEL, A. A revolta dos estudantes. In: *Revista Civilização Brasileira*. Ano IV – nº 19 e 20 – Maio-agosto, 1968, p. 101-129, p. 102-104.
- ⁷ Não ignoramos que já houvesse, antes disso, manifestações estudantis no Brasil. Se consideramos o Golpe Militar como o momento inicial para as nossas considerações, isso se deve ao recorte escolhido, o qual considera o movimento estudantil dentro da trajetória da Ditadura Militar.
- ⁸ FÁVERO, M. de L. de A. *A UNE em tempos de autoritarismo*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994, p.48.
- ⁹ A violência que gerou a violência. In: *Revista Visão*. Rio de Janeiro – 1966 – Revista Semanal/ Circulação Nacional, nº 14, 30 de setembro de 1966, p. 12.
- ¹⁰ FÁVERO, op. cit. p. 48.
- ¹¹ Em artigo de Otto Lara Resende, foi possível constatar que o uso de cortiças para desestabilizar a cavalaria da Polícia Militar era algo comum nas manifestações estudantis durante a ditadura estadonovista. VER: *Fatos e fotos*. Rio de Janeiro – 1966 – Revista Semanal/ Circulação nacional, nº 296, 1º de outubro de 1966, p. 15-16.
- ¹² *Fatos e fotos*. Rio de Janeiro – 1966 – Revista Semanal/ Circulação nacional, nº 296, 1º de outubro de 1966, p. 11.
- ¹³ *Veja*. Rio de Janeiro – 1968 – Revista Semanal/ Circulação nacional, 11 de setembro de 1968, p. 24.

- ¹⁴ BROSSAT, A. Violência e política. In: *Rebeldes e contestadores: 1968 – Brasil/ França/ Alemanha*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999, p.35-41, p. 36.
- ¹⁵ *Manchete*. Rio de Janeiro – 1968 – Revista Semanal/ Circulação Nacional, nº 834, 13 de abril de 1968, p. 18.
- ¹⁶ *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, 1968. nº 29, p. 30.
- ¹⁷ VALLE, M. R. do. *1968: o diálogo é a violência*. Movimento estudantil e ditadura militar no Brasil. Campinas: Editora da Unicamp, 1999, p. 40.
- ¹⁸ VENTURA, Zuenir. *1968: o ano que não terminou*. 20 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988. p. 105.
- ¹⁹ A palavra de ordem, logo após o trágico episódio do Calabouço, era: “Mataram um estudante. E se fosse um filho seu?”
- ²⁰ Revista *Visão*. Rio de Janeiro – 1968 – Revista Semanal/ Circulação Nacional, nº 8, 26 de abril de 1968, p. 23.
- ²¹ VENTURA, op. cit. p. 103.
- ²² MARTINS FILHO, op. cit. p. 119.
- ²³ VENTURA, op. cit. p.142.
- ²⁴ RODRIGUES, N. Humano, demasiado humano. In: *Teoria & Debate*. Nº 20. São Paulo – 1993 – Revista trimestral/ Circulação nacional, p.17.
- ²⁵ VENTURA, op. cit. p. 163-164.
- ²⁶ VALLE, op. cit. p. 151-152.
- ²⁷ A quem interessa a agitação? In: *Revista Visão*. Rio de Janeiro – 1968 – Revista Semanal/ Circulação Nacional, nº 6, 13 de setembro de 1966, p. 22.
- ²⁸ *Correio do Ceará*. Ano LIII – Fortaleza – Quarta-feira, 17 de abril de 1968, p. 8.
- ²⁹ Destruição e morte. Por quê? In: *Veja*. Rio de Janeiro – 1968 – Revista Semanal/ Circulação nacional, 9 de outubro de 1968, p. 19.
- ³⁰ Para uma maior reflexão sobre a posição da imprensa em relação ao movimento estudantil ao longo de 1968, VER: VALLE, Maria Ribeiro do. *1968: o diálogo é a violência*. Movimento estudantil e ditadura militar no Brasil. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.
- ³¹ Para uma maior reflexão sobre a posição do jornal Correio da Manhã em relação ao movimento estudantil, ao longo de 1968, VER: VALLE, M. R. do. Op. Cit.
- ³² HALL, S. *A Identidade Cultural na Pós-modernidade*. Rio de Janeiro:DP&A, 1999. p. 19.
- ³³ Cf. CASTELO BRANCO, E. de A. *Todos os dias de paupéria: Torquato Neto e a invenção da Tropicália*. São Paulo: Annablume, 2005.

**A REVISTA VEJA
E O MOVIMENTO ESTUDANTIL EM 1968:
ENTRE O ENGAJAMENTO E O
ENTRETENIMENTO**

Cláudio Novaes Pinto Coelho*
Maria Ribeiro do Valle**

Resumo: O artigo em questão aborda as fórmulas do jornalismo espetacular - marcado pelo entretenimento - utilizadas pela revista Veja para noticiar os episódios do movimento estudantil – principal movimento engajado na luta contra a ditadura – em 1968. Examina-se, assim, a proposta editorial da revista, ao ser lançada em 1968, e a análise que tece sobre os episódios estudantis focada na temática da violência até a decretação do AI-5, em dezembro daquele ano.

Palavras-chave: Revista Veja. Movimento Estudantil. Ditadura Militar. Jornalismo espetacular. 1968.

Abstract: This essay approaches the methods of the sensationalistic journalism – highlighted by the entertainment - used by the Veja magazine to announce the episodes of the Students' Movement – main movement committed with the fight against dictatorship – in 1968. Therefore, the editorial purpose of the magazine is analyzed, from when it was launched in 1968, and also the discussion about the

* Professor Doutor. Faculdade Cásper Líbero. Pós-Graduação. São Paulo – SP – Brasil. 01310-940 – caudionpcoelho@uol.com.br.

** Professora Doutora. UNESP – Universidade Estadual Paulista. Departamento de Sociologia. Araraquara – SP – Brasil. 14800-901 – maria.ribeiro.valle@uol.com.br.